


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007743-27.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Adriano Teixeira da Silva e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arielle Escandolhero Martinho Fernandes**

Vistos.

Trata-se de ação penal pública movida pelo Ministério Público de São Paulo contra **Adriano Teixeira da Silva** e contra **Everaldo Luiz de Luca** pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei número 11.343/06. Consta na denúncia que, em 31 de julho de 2014, por volta das 19h50min, na Rua Conselheiro Soares Brandão, nº 212, bloco 08, Vila Pureza, em São Carlos-SP, Adriano trazia consigo para fins de entrega ao consumo de terceiros, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 24 trouxinhas de maconha, acondicionadas em filme plástico, pesando aproximadamente 38g, e 08 pedras de crack, acondicionadas em filme plástico, vedada por papel alumínio, pesando 1,8g, além de R\$126,65 em dinheiro; e Everaldo trazia consigo, para fins de entrega ao consumo de terceiros, 10 pedras de crack, nas mesmas condições, pesando 2,6g, além da quantia de R\$ 40,35 em dinheiro.

Defesa preliminar foi apresentada às fls.106/107. A denúncia foi recebida.

Em audiência de instrução e julgamento, foram interrogados os acusados, e em audiência de continuação, ouvidas as testemunhas.

O Ministério Público apresentou memoriais às fls.253/258, e a Defesa às fls.260/265.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Analizando os autos, não há prova suficiente para a condenação por traficância, mas sim pela posse de drogas para uso pessoal, delito previsto no art. 28 da Lei 11.343/06.

A materialidade restou comprovada pelo auto de prisão em flagrante, pelo auto de exibição e apreensão, e pelo laudo pericial. A autoria também é certa.

Tanto na fase policial como em Juízo, ambos os acusados afirmaram que a droga se destinava a consumo pessoal.

Em Juízo, os policiais militares Felipe Camargo e Alex Sandro Pizzolio afirmaram que, no dia dos fatos, os acusados estavam "trocando algo". Alex disse que viu um deles passando



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

drogas para o outro, e que indagou os réus acerca de quem seria o comprador e quem seria o vendedor, mas não se lembra de qual teria sido a resposta.

Na verdade, há indícios de que um deles teria comprado a droga, e o outro vendido, mas não há prova segura para indicar quem seria o traficante e quem seria o comprador, como bem afirmado pelo Ministério Público.

Tendo em conta de que a prova aponta para o consumo pessoal, a desclassificação é a medida mais adequada.

Diante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação penal e condeno os acusados **Adriano Teixeira da Silva** e **Everaldo Luiz de Luca** pela prática do crime previsto no art. 28 da Lei 11.343/06. Em razão de ambos terem péssimos antecedentes, fixo a pena de prestação de serviços à comunidade, pelo prazo de 05 meses.

Expeça-se o necessário.

P.I.C.

São Carlos, 17 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**